

**A PRIVATIZAÇÃO DA FORÇA: A EVOLUÇÃO E O IMPACTO DAS EMPRESAS
MILITARES PRIVADAS NO MONOPÓLIO ESTATAL DA VIOLÊNCIA**

**THE PRIVATIZATION OF FORCE: THE EVOLUTION AND IMPACT OF PRI-
VATE MILITARY COMPANIES ON THE STATE'S MONOPOLY ON VIOLENCE**

Bruna Carolina Thomaz¹

Roberta Soeiro²

Palavras-chave: Empresas Militares Privadas; Mídias Sociais.; Open-Source Intelligence; Direito Humanitário Internacional, Accountability.

Keywords: Private Military Companies. Social Media. Open-Source Intelligence. International Humanitarian Law. Accountability.

¹ Engenheira Aeroespacial e Mestranda em Sistema de Informações, atualmente Pesquisadora Científica em ambientes virtuais e sua influência em pautas sócio-ambientais. Atuação nas áreas educativo-cultural com contribuições em museologia com foco em Ciências, bem como análises de dados no setor corporativo e científico.

² Bacharela em Direito, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP) e em Relações Internacionais, pelas Faculdades Integradas Rio Branco (SP). Especialista em Negociações Internacionais, pelo Programa San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC/SP). Pesquisadora em Direito Processual Internacional, do Portal Direito Internacional Sem Fronteiras.

1. Introdução

A utilização de Empresas Militares Privadas (EMPs) tem se tornado um fenômeno crescente no cenário internacional, especialmente após o fim da Guerra Fria. Essas empresas, que oferecem serviços militares e de segurança, têm desempenhado um papel significativo em diversos conflitos ao redor do mundo. No entanto, a atuação dessas empresas levanta questões complexas sobre a responsabilidade e a regulamentação de suas atividades, especialmente quando operam em contextos de fragilidade institucional. Um exemplo notável é o grupo Wagner, uma EMP russa que tem tido acesso amplo e influência significativa no Estado russo. A guerra entre Rússia e Ucrânia destacou como tecnologias modernas, especialmente internet e mídias sociais, remodelaram a condução de conflitos. O uso de inteligência de fontes abertas (OSINT), plataformas de comunicação, drones e satélites transformou as estratégias bélicas, permitindo maior transparência e participação civil na coleta de informações. Além disso, as mídias sociais emergiram como ferramentas tanto para propaganda e desinformação quanto para organização e assistência a refugiados, mostrando o impacto profundo da tecnologia em contextos de guerra. A internet, em seus diversos aspectos, tornou-se um elemento central nos conflitos contemporâneos, seja pela adaptação de estratégias de guerra tradicionais ao ambiente digital, seja pela introdução de inovações tecnológicas no campo de batalha. Essas transformações ocorrem em duas direções: de um lado, a internet e as tecnologias digitais influenciam a dinâmica dos conflitos; de outro, os próprios conflitos impulsionam o desenvolvimento e a reconfiguração das infraestruturas e táticas digitais.

O objetivo geral deste estudo é analisar a evolução histórica das EMPs e sua utilização em conflitos contemporâneos, com foco na responsabilização dos *private contractors* em suas ações. Bem como explorar o impacto das tecnologias modernas na guerra entre Rússia e Ucrânia, para alcançar o objetivo geral dividem-se os objetivos específicos.

1. Traçar a evolução histórica das EMPs desde o fim da Guerra Fria.
2. Analisar a atuação das EMPs em conflitos específicos, com destaque para o grupo Wagner na Rússia.
3. Examinar os desafios e as implicações legais da utilização de EMPs.
4. Propor recomendações para a regulamentação e responsabilização das EMPs no direito internacional.

5. Analisar como OSINT, satélites e drones transformaram as estratégias bélicas e a transparência no conflito.
6. Investigar o papel das mídias sociais na propagação de desinformação, propaganda e coordenação estratégica.
7. Discutir como as plataformas digitais têm sido utilizadas para assistência humanitária e os desafios éticos envolvidos.

O avanço das tecnologias digitais e seu impacto no contexto de guerra refletem mudanças profundas na condução de conflitos, tanto no campo bélico quanto na disseminação de informações. Este estudo adota a análise temática qualitativa, baseada em uma revisão da literatura existente e análise dos dados apresentados para traçar uma perspectiva que contextualize um padrão de comportamento dos atores envolvidos.

A pesquisa se baseia em revisão de literatura de direito internacional, normas jurídicas internacionais, doutrina e literatura acadêmica de outras ciências sociais, promovendo um debate interdisciplinar. A análise visa identificar padrões e categorias que explicam as transformações no uso da internet, mídias sociais e tecnologias bélicas no contexto do conflito. A base de dados Scopus foi utilizada para a execução e compilação das pesquisas relevantes para o levantamento bibliográfico. As fontes foram selecionadas com base na relevância acadêmica e na conexão com o tema, os artigos identificados foram avaliados conforme critérios de inclusão e exclusão. Os artigos selecionados foram lidos integralmente e avaliados de acordo com os mesmos critérios de inclusão e exclusão.

Os temas foram interpretados criticamente para avaliar tópicos de como a tecnologia redefiniu práticas bélicas e sociais no conflito; Explorar os efeitos da desinformação e da inteligência aberta na condução da guerra e na percepção pública; E relacionar os achados às implicações éticas e práticas da digitalização dos conflitos.

A coleta e análise de dados abertos revelaram o poder das tecnologias digitais na alteração das dinâmicas de guerra, com destaque para a manipulação da opinião pública por meio de desinformação e a propagação de discursos de ódio. A atuação de "*milbloggers*" e o marketing negativo, impulsionados por plataformas como Telegram, YouTube e Twitter, têm influenciado a percepção interna e global sobre os eventos da guerra. Além disso, o uso de aplicativos digitais, como o Diia, mostrou como tecnologias podem ser eficazes no gerenciamento de crises humanitárias, embora também tragam à tona preocupações éticas sobre segurança cibernética e proteção de dados. A manipulação digital das narrativas e dos comportamentos civis e

militares demonstra o impacto das redes sociais na guerra informacional. As tecnologias digitais, ao mesmo tempo que oferecem oportunidades para otimizar estratégias militares e de gestão de crises, também criam um ambiente propenso à manipulação de dados, disseminação de desinformação e polarização social. A necessidade de regulamentação digital robusta, juntamente com a aplicação de métodos avançados de validação de dados e o fortalecimento da educação digital, surge como uma solução crucial para mitigar os impactos negativos dessas tecnologias em cenários de guerra. A busca por um equilíbrio entre transparência, segurança e proteção de dados será fundamental para garantir a integridade das decisões em tempos de conflito.

2. Ascensão das EMPS em Conflitos

O uso de mercenários é prática antiga, porém as Empresas Militares Privadas (EMPs) modernas representam um fenômeno controverso e multifacetado no cenário global de segurança. Atuando em contextos que variam de conflitos armados a missões de proteção corporativa, essas organizações geram debates éticos e legais, especialmente sobre sua responsabilização e os impactos nas dinâmicas locais de poder. Contratadas frequentemente para preencher lacunas deixadas pelas forças armadas tradicionais, essas EMPs oferecem serviços militares, paramilitares e de segurança a governos, setor privado, organizações internacionais e atores não estatais.

Segundo Mendes; Mendonça (2011), a ascensão das EMPs consolidou-se, especialmente, após o fim da Guerra Fria, período marcado pela desmobilização militar e pela redução de orçamentos das forças armadas, que abriram espaço para empresas privadas de segurança. Na década de 1990, elas começaram a desempenhar papéis significativos em conflitos regionais, como na Bósnia e em Kosovo, além da crescente relevância observada na Primeira Guerra do Golfo, quando a proporção de agentes privados em relação a soldados regulares aumentou drasticamente.

Essas empresas evoluíram para oferecer serviços variados, que incluem desde logística e treinamento até operações de inteligência e proteção de infraestrutura crítica, muitas vezes assumindo funções semelhantes às de exércitos regulares. Notoriamente, empresas como a Blackwater (atualmente Academi) e a Executive Outcomes se destacaram por suas atuações em guerras assimétricas, como no Iraque e no Afeganistão. No entanto, não estão imunes a críticas envolvendo crimes e brutalidade em suas operações.

Ainda de acordo com os autores (2011), dentre os exemplos mais controversos está o Grupo Wagner, uma EMP russa que desafia o modelo tradicional ao operar como uma força militar independente. Atuando em conflitos convencionais, como na Ucrânia, e em missões globais que contrariam interesses ocidentais, a organização, amplamente associada ao Kremlin, utiliza recursos das forças armadas russas, consolidando-se como uma ferramenta de política externa. Sua presença intensifica os debates sobre transparência, respeito aos direitos humanos e necessidade de regulamentação internacional.

Embora ofereçam eficiência em curto prazo, custos reduzidos e uma razoável possibilidade de dissociar Estados de conflitos diretos, as EMPs enfrentam críticas sobre sua atuação em um limbo jurídico e os desafios éticos que representam. Sua crescente relevância evidencia uma transformação na percepção global de segurança, impulsionada pela privatização do setor militar e pelo ressurgimento dos mercenários em novas formas, reforçando a necessidade urgente de regulamentações mais robustas para mitigar abusos de poder e garantir o respeito aos direitos humanos.

3. Impacto das EMPS no Conflito Rússia-Ucrânia e sua Influência sobre a União Europeia

A relação entre Ucrânia e Rússia é marcada por tensões econômicas, políticas e militares, moldadas por suas identidades pós-soviéticas. Após a dissolução da União Soviética, emergiram disputas sobre soberania e território, com a Rússia tentando manter influência em áreas estratégicas, como a Crimeia, enquanto a Ucrânia buscava se alinhar ao Ocidente. Essa dinâmica foi agravada por questões como o controle de gás e petróleo, disputas sobre a Frota do Mar Negro e as aspirações da Ucrânia de ingressar na OTAN, vista pela Rússia como uma ameaça.

Além disso, no pós-Guerra Fria, com a ascensão de Empresas Militares Privadas (EMPs), impulsionadas por conflitos regionais e mudanças nos paradigmas de segurança, tais empresas oferecem serviços que variam de combate direto a suporte logístico, sendo exemplos a americana Academi, a sul-africana Executive Outcomes e o Grupo Wagner, da Rússia. Este último, ligado ao Kremlin, atua como ferramenta política, desestabilizando regiões e promovendo desinformação, frequentemente violando leis internacionais.

Embora sejam vistas como soluções eficientes, as EMPs levantam questões sobre legitimidade, responsabilidade e soberania estatal, operando muitas vezes sem supervisão adequada, enfrentam críticas por violações de direitos humanos e pelo impacto limitado na estabilidade pós-conflito. A dependência dessas empresas pode enfraquecer as instituições estatais, exigindo maior regulamentação e monitoramento.

As Empresas Militares Privadas (EMPs) surgem como uma força significativa no cenário internacional, com modelos de negócios baseados em conflitos, levantando preocupações sobre impacto na paz global e direitos humanos. Particularmente na Rússia, essas empresas, como o Grupo Wagner, diferem de suas contrapartes ocidentais ao se vincularem diretamente ao estado, servindo como extensões de órgãos de segurança como FSB e GRU. Isso permite a realização de operações militares estratégicas e o suporte a iniciativas como a "guerra híbrida por procuração", onde medidas militares e não militares são combinadas para desestabilizar estados soberanos.

O Grupo Wagner (fundado em 2014) exemplifica essas práticas com sua atuação destacada em conflitos como a anexação da Crimeia (2014), a intervenção na Ucrânia (2022) e na Síria (2015). Seu papel transcende operações locais, abrangendo missões estratégicas no Oriente Médio e na África, com foco no controle de recursos naturais e mudanças políticas. Ao operar com autonomia limitada do Kremlin, oferece flexibilidade e negação plausível para o governo russo, mas enfrenta críticas por violações éticas.

Após o colapso da União Soviética, a Rússia adotou a "guerra híbrida" como estratégia central para consolidar sua posição internacional, utilizando EMPs para reduzir custos, evitar envolvimento direto e maximizar impacto político. Essa abordagem, regulamentada legalmente entre 2008 e 2012, explora a flexibilidade de EMPs como ferramentas multifacetadas de influência estratégica, combinando ações diretas e campanhas de desinformação.

Durante a invasão da Ucrânia em 2022, devido à dificuldade em tomar Kiev e superar a resistência local, a Rússia intensificou o uso de mercenários, incluindo combatentes de regiões como Chechênia, Síria e Líbia. Estima-se que cerca de 5.000 integrantes do Grupo Wagner atuaram na Ucrânia, especialmente em Donbass e Donetsk, reduzindo as baixas entre tropas regulares e apoiando a estratégia de desgaste.

O uso do Wagner reflete a abordagem russa de guerra híbrida, priorizando flexibilidade e sigilo em operações internacionais. No entanto, o prolongamento da guerra na Ucrânia trouxe perdas significativas, questionando a eficácia dessa estratégia. O grupo também é associado a

graves violações de direitos humanos e crimes internacionais, em países como Ucrânia, Síria, Mali, Sudão e Líbia.

Após o motim de 2023 liderado por Evgenij Prigožin, Vladimir Putin confirmou que o Wagner foi integralmente financiado pelo Estado russo, evidenciando sua proximidade com o Kremlin. Isso levanta questões sobre responsabilidade estatal e a classificação dos integrantes do Wagner como combatentes ou civis sob o Direito Humanitário Internacional (DHI). Sua categorização afeta diretamente os direitos e processos legais aplicáveis em conflitos armados, sendo fundamental determinar a extensão do controle russo sobre o grupo.

A análise destaca que mercenários e EMPs, como o Wagner, operam na interseção entre segurança privada e política estatal. Apesar de seu impacto estratégico, o uso dessas entidades suscita desafios éticos e legais, exigindo maior atenção internacional.

Para que uma Empresa Militar Privada (EMP) seja reconhecida como parte das forças armadas de um Estado, é necessário que cumpra dois critérios principais estabelecidos pelo Direito Humanitário Internacional (DHI):

- Organização: Deve possuir hierarquia estruturada, capacidade de executar operações coordenadas e logística adequada.
- Comando responsável: Deve estar subordinada ao controle e supervisão do Estado, garantindo coordenação em suas atividades.

Esses critérios determinam se os integrantes de EMPs são classificados como combatentes (com direito a status de prisioneiros de guerra e proteção legal) ou como civis (sem essas proteções, mas passíveis de julgamento por participação em hostilidades).

Sob o Direito Humanitário Internacional (DHI), combatentes capturados têm direito ao status de prisioneiros de guerra caso se diferenciem da população civil, como previsto no Artigo 44 do Protocolo Adicional I. Essa distinção requer o uso de uniformes ou emblemas visíveis, especialmente durante hostilidades ou preparativos militares. Caso combatentes não se diferenciem, podem perder esse status, exceto se exibirem armas de forma visível durante combates.

Prisioneiros de guerra possuem imunidade contra processos por atos legais durante conflitos, sendo processáveis apenas por crimes internacionais, conforme a Terceira Convenção de Genebra. Combatentes que ocultam sua identidade podem ser acusados de perfídia, enquanto Estados têm a obrigação de investigar e processar violações graves ao DHI.

Quando funcionários de Empresas Militares Privadas (EMPs) cometem crimes, surge o debate sobre a responsabilidade de comando. Líderes podem ser culpabilizados se souberem ou deveriam saber das ações ilegais de subordinados e não atuarem para preveni-las. A responsabilidade também pode recair sobre quem contratou a EMP, desde que se comprove comando e controle efetivos sobre suas atividades.

Civis que participam diretamente de hostilidades perdem sua proteção e podem ser alvo de ataques ou julgados por seus atos. Para determinar essa participação, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha utiliza três critérios: impacto do ato, relação direta de causalidade e vínculo com as hostilidades. Indivíduos que não atendem a esses critérios, como aqueles envolvidos em suporte logístico, são classificados como civis.

Mercenários, segundo o DHI, têm uma definição restritiva, com seis critérios cumulativos, como motivação financeira e recrutamento para hostilidades. Eles são classificados como civis, mas podem ser processados por participação no conflito e não têm direito ao status de prisioneiros de guerra.

Dúvidas sobre a classificação de indivíduos como combatentes ou civis exigem análise caso a caso. Funcionários de EMPs capturados podem reivindicar o status de prisioneiros de guerra até que um tribunal determine sua verdadeira classificação. Essa avaliação pode incluir questões sobre comando, visibilidade ou documentação.

Por fim, a análise do status do Grupo Wagner na Ucrânia depende de sua relação com as forças armadas russas:

- Combatentes: Caso Wagner integre as forças armadas russas, seus membros têm direito ao status de prisioneiros de guerra se capturados, mediante requisitos de diferenciação.
- Civis: Se não forem parte das forças russas, integrantes podem ser classificados como mercenários ou civis acompanhando forças armadas, conforme suas funções específicas.

A classificação dos integrantes do Grupo Wagner como combatentes ou civis no contexto do Direito Humanitário Internacional (DHI) tem consequências diretas. Combatentes capturados possuem imunidade contra processos legais por participação em hostilidades, enquanto civis podem ser responsabilizados por sua participação ou por crimes internacionais. A avaliação do vínculo entre Wagner e as forças armadas da Rússia depende de dois critérios principais:

1. Organização: O grupo deve operar de forma coordenada, com estrutura hierárquica e regras claras.
2. Subordinação a um comando responsável: É necessário que haja controle efetivo do Estado sobre as atividades do grupo.

A estrutura organizacional do Wagner inclui:

- Uma hierarquia interna claramente liderada, com divisões administrativas e militares. Documentos vazados indicaram regras de operação na Ucrânia e lealdade ao governo russo.
- Capacidade de realizar operações militares coordenadas e de grande escala, demonstrando habilidades estratégicas desde 2014, incluindo táticas influentes.

Embora evidências apontem para organização e liderança, o nível exato de comando e subordinação à Rússia permanece obscuro devido à estrutura opaca do grupo. Durante a invasão de 2022, o Wagner demonstrou habilidades militares em ataques estratégicos em cidades como Popasna e Bakhmut, além de desempenhar papel crucial na captura de Mariupol e Kherson. Em combates como Soledar e Bakhmut, o Wagner conduziu ofensivas terrestres enquanto as forças russas forneceram apoio aéreo e de artilharia.

No âmbito logístico, o Wagner mostrou capacidade excepcional ao recrutar em massa, incluindo prisioneiros russos que recebiam promessa de liberdade em troca do serviço. Estima-se que até janeiro de 2023, o grupo contava com 50.000 recrutas. O Wagner também treinou milícias separatistas e civis russos, utilizando equipamentos variados como artilharia pesada, lançadores de foguetes termobáricos e tanques de batalha. Além disso, transferiu suprimentos de países como Líbia e Síria para apoiar suas operações na Ucrânia. Seus uniformes e emblemas característicos evidenciam organização sofisticada e capacidade coordenada.

Essa análise destaca a importância dos critérios de organização e comando no DHI para determinar o status do Grupo Wagner e suas implicações legais em conflitos armados.

O Grupo Wagner se destaca por sua rígida disciplina militar, com um sistema de punições severas para manter controle interno. Há relatos de execuções de membros que recuam ou se rendem e de recrutas submetidos a intimidações extremas, como assistir a vídeos de execuções e enfrentar castigos brutais por demonstrações de fraqueza.

O Wagner demonstrou capacidade de negociar diretamente com representantes de Estados, evidenciando organização e "falar com uma só voz". Declarações de Vladimir Putin confirmam que o grupo foi financiado pelo governo russo entre 2022 e 2023. O Wagner buscou suprimentos e equipamentos de países como Belarus e Síria e tentou acordos com China e Turquia, destacando sua abrangência logística.

Em termos de organização, o grupo é conhecido por conduzir operações militares complexas, sustentar logística robusta e realizar recrutamentos em grande escala, atendendo ao requisito de organização no Direito Humanitário Internacional (DHI) até junho de 2023. Ele opera com estrutura hierárquica, divisões de combate e regras claras, possibilitando operações coordenadas.

Sobre o controle responsável, a ligação entre Wagner e o Estado russo é marcada por ambiguidade. Apesar da ilegalidade formal de EMPs na Rússia, o grupo opera em um ambiente permissivo que facilita a atuação de forças armadas privadas. Especialistas como Kimberly Marten categorizam Wagner como uma força de segurança "semi-estatal" ou como procurador do Estado russo, trabalhando frequentemente ao lado das forças regulares russas.

O financiamento também reforça os laços com o Estado russo. Em 2023, Putin revelou que o Wagner recebeu cerca de 86,2 bilhões de rublos (1 bilhão de dólares) em salários e recompensas. Equipamentos militares, como caças e tanques provenientes das Forças Armadas Russas, destacam suporte operacional.

Apesar dessas evidências, a relação entre o grupo Wagner e a Rússia mantém áreas de ambiguidade, permitindo que Moscou alegue negabilidade plausível para suas ações em contextos internacionais.

O status dos membros do Grupo Wagner na Ucrânia depende da sua classificação como combatentes ou civis sob o Direito Humanitário Internacional (DHI), com implicações legais distintas:

- **Combatentes:** Se o Wagner for parte das forças armadas russas, seus integrantes capturados teriam direito ao status de prisioneiros de guerra, cumprindo requisitos como o uso de uniformes distintivos. Eles não poderiam ser processados por participação em hostilidades, mas seriam responsabilizados por crimes internacionais.

- Civis: Se o Wagner não for reconhecido como parte das forças armadas russas, seus integrantes seriam civis sem direito ao status de prisioneiros de guerra, podendo ser processados por crimes domésticos e internacionais. Mercenários, uma subcategoria de civis, enfrentam obrigações legais adicionais, não sendo protegidos como combatentes.
- Civis acompanhando forças armadas: Integrantes que realizam funções de suporte poderiam ser classificados como civis acompanhando as forças armadas, podendo excepcionalmente ter status de prisioneiros de guerra. Isso exige uma análise caso a caso.
- Status incerto: Caso o status do detido seja duvidoso, o DHI determina que ele seja tratado como prisioneiro de guerra até avaliação judicial.

O grupo demonstra alta organização, com operações militares complexas, recrutamento em massa e liderança estruturada, especialmente antes do motim de 2023. Seu vínculo com o Estado russo é ambíguo, mas evidências como financiamento estatal, operações conjuntas e uso de infraestrutura militar sugerem coordenação com o governo russo. Apesar disso, a Rússia mantém margem para alegar "negabilidade plausível" sobre os atos do Wagner.

Quanto à responsabilização, líderes do Wagner podem ser responsabilizados por crimes de subordinados, segundo a doutrina de responsabilidade de comando. A Rússia pode enfrentar acusações de responsabilidade estatal caso se comprove que controlou efetivamente o grupo, com obrigações de cessar atividades ilegais e reparar danos.

Por fim, o uso de Empresas Militares Privadas (PMCs) pela Rússia, como o Wagner, influenciou dinâmicas geopolíticas e de segurança, incluindo respostas da União Europeia (UE) à guerra Rússia-Ucrânia, intensificando os desafios do conflito e suas implicações estratégicas.

A guerra Rússia-Ucrânia provocou mudanças significativas nas políticas de segurança e defesa da União Europeia (UE), enfatizando a necessidade de maior autonomia estratégica. A UE intensificou sanções contra a Rússia e destinou recursos substanciais para apoiar a Ucrânia, refletindo uma abordagem mais independente em questões de segurança frente à ameaça de atores não estatais, como Empresas Militares Privadas (PMCs).

Em termos de defesa, a UE lançou iniciativas como a Bússola Estratégica, com foco no desenvolvimento de capacidades anti-híbridas e de defesa coletiva. Apesar dos avanços, a busca pela autonomia estratégica enfrenta desafios relacionados à dependência de parceiros externos, principalmente dos Estados Unidos.

Segundo a Justice Initiative, a guerra também impulsionou uma reavaliação da política energética da UE, com esforços acelerados para reduzir a dependência de energia russa. O plano RePowerEU visa diversificar fontes e aumentar a produção de energia renovável, embora novos desafios tenham surgido, como a dependência do gás natural liquefeito (GNL) dos Estados Unidos e tecnologia chinesa.

Economicamente, as sanções contra a Rússia causaram impacto nas economias dos estados-membros. A UE busca equilibrar sua necessidade de autonomia estratégica com as interdependências globais, especialmente em um contexto onde esses vínculos podem ser usados como ferramentas geopolíticas.

O conceito de autonomia estratégica é central na resposta da UE ao conflito. Progressos foram feitos na integração da defesa, mas desafios permanecem, incluindo divergências entre os estados-membros e a necessidade de alinhar seus esforços com a OTAN, para garantir que as ações da UE complementem as capacidades transatlânticas.

O uso de PMCs no conflito levantou questões legais e regulatórias complexas. A falta de uma estrutura clara no direito internacional, como nos Artigos sobre Responsabilidade dos Estados por Atos Internacionalmente Ilícitos (ARSIWA), dificulta atribuir responsabilidade às ações de PMCs. Essa lacuna permitiu que a Rússia evitasse responsabilização direta por atos de grupos como o Grupo Wagner.

Economicamente, as PMCs atuam como entidades lucrativas, o que pode gerar conflitos de interesse e abusos de direitos humanos em regiões de conflito armado. A UE enfrenta pressão para regulamentar as atividades dessas empresas, buscando equilíbrio entre segurança e riscos éticos.

4. Milbloggers e a Guerra da Informação

O fenômeno dos "*milbloggers*" tem sido amplamente discutido em estudos recentes. Os chamados *milbloggers* são influenciadores militares que, frequentemente, compartilham informações e opiniões sobre eventos militares, notícias de guerra e análise de estratégias, com grande impacto tanto local quanto internacional. O papel dos *milbloggers*, destacando como suas narrativas influenciam tanto a opinião pública interna, dentro dos países envolvidos,

quanto a percepção global sobre a guerra³. Esses influenciadores desempenham um papel crucial na formação de narrativas que podem ser amplificadas por suas plataformas e atingir um público vasto. O crescente uso de desinformação digital, incluindo o uso de *deep fakes* e manipulação de imagens, podem se transformar em uma forma de distorcer a realidade e enganar o público, além de incitar diversos crimes cibernéticos e do âmbito físico⁴.

A guerra informacional, portanto, emergiu como uma frente paralela no conflito, com grandes implicações para a moral da população e o comportamento das partes envolvidas. Um exemplo claro da utilização de tecnologias digitais para o gerenciamento de crises humanitárias é o aplicativo ucraniano Diia, que substitui documentos físicos por versões digitais e facilita o acesso a serviços essenciais para refugiados. Contudo, o uso dessas tecnologias digitais levanta preocupações éticas, principalmente no que tange à proteção de dados pessoais e à segurança cibernética. Essas inovações, embora aumentem a transparência e a eficiência, também ampliam a vulnerabilidade à manipulação de dados e ao uso indevido de informações. O impacto das tecnologias digitais não se limita apenas à área militar, mas também afeta as respostas emocionais e comportamentais da população⁵, que exploram como *deep fakes* podem corroer a confiança pública e alterar a percepção sobre eventos-chave. Essa resposta emocional pode ter impactos severos na questão sócio econômica de um Estado e na confiabilidade das instituições públicas.

A manipulação da opinião pública, por meio da exploração da cultura do ódio e do marketing negativo, tem se consolidado como uma estratégia de guerra. Além disso, as mídias sociais, ao se apropriarem do contexto dos conflitos, transformam essas situações em ferramentas de engajamento, muitas vezes desconsiderando a gravidade humanitária. Nesse cenário, os conflitos deixam de ser compreendidos como crises humanitárias para se tornarem vetores de propaganda ideológica, o que distorce a narrativa, minimizando e dessensibilizando os impactos reais dessas situações. Em muitos conflitos modernos, a criação de narrativas polarizadoras e a

³ FARBMAN, Sam. Telegram, 'Milbloggers' and the Russian State. In: International Institute for Strategic Studies. *Survival: Global Politics and Strategy*, v. 65, n. 3, p. 99-110, 2023.

⁴ LO SCUDO, Fabrizio. *Misinformation and Disinformation on Social Media: An Updated Survey of Challenges and Current Trends*. In: *Pervasive Knowledge and Collective Intelligence on Web and Social Media*. Lecture Notes of the Institute for Computer Sciences. Springer, 2023. p. 17-40

⁵ TWOMEY, John; CHING, Didier; AYLETT, Matthew Peter; QUAYLE, Michael; LINEHAN, Conor; MURPHY, Gillian. Do deepfake videos undermine our epistemic trust? A thematic analysis of tweets that discuss deepfakes in the Russian invasion of Ukraine. *PLOS ONE*, v. 18, n. 10, e0291668, 2023.

disseminação de discursos de ódio desempenham um papel crucial na formação de mentalidades adversárias, estigmatizando grupos e criando um ambiente de hostilidade que pode ser explorado tanto em nível militar quanto social. O marketing negativo, que se vale da difamação e do discurso agressivo contra o inimigo, é uma tática antiga frequentemente utilizada para desacreditar adversários e mobilizar a população a apoiar determinadas ações militares ou políticas. Esse tipo de estratégia tem sido facilitado pelas plataformas digitais, que amplificam mensagens de ódio e distorcem a realidade, influenciando a percepção pública de maneira rápida, eficaz e globalizada.

Os comportamentos digitais podem também afetar diretamente a dinâmica da guerra, como um meio de manipulação das próprias operações militares. A forma como as informações são compartilhadas, a maneira como se constrói uma narrativa e a coordenação de ataques ou desinformação podem ser direcionadas de acordo com as reações observadas nas plataformas digitais. Por exemplo, uma resposta emocional negativa de um grupo pode ser usada como uma forma de pressão psicológica para levar a população ou o adversário a agir de maneira que favoreça uma estratégia de guerra específica⁶.

Outro aspecto relevante é a questão da segurança digital e a crescente tendência de indivíduos assumirem a responsabilidade pela justiça, um fenômeno que é facilitado pela anonimidade das plataformas online. Em cenários de guerra, a incapacidade de uma autoridade central garantir segurança para os civis pode levar a uma situação onde os próprios cidadãos, motivados por sentimentos de vingança ou justiça, se tornam "justiceiros". A tomada da responsabilidade pela justiça, muitas vezes sem qualquer intervenção legal ou oficial, pode resultar na realização de ações violentas, exacerbando ainda mais o caos e a desestabilização social. O aumento do uso de vigilância digital e a facilidade com que informações sensíveis podem ser acessadas e manipuladas alimentam ainda mais esse comportamento, fazendo com que as pessoas sintam que possuem a capacidade de agir fora da legalidade para "corrigir" o que percebem como injustiça. Esse tipo de comportamento pode ser percebido não somente em cenários de conflitos em meio a guerra, mas sobretudo quando as instituições públicas são levadas a desconfiança popular. A conexão entre a tecnologia digital e seus impactos em diversos setores e âmbitos favorecem cenários e enfatizam comportamentos caóticos e violentos.

⁶ M. G. Kramer, "The Evolution of Cyber War: International Norms for Emerging-Technology Weapons," *The Washington Quarterly*, vol. 37, no. 3, pp. 151-160, 2014.

Portanto, as tecnologias digitais têm um impacto significativo não apenas no campo de batalha, mas também na construção de narrativas de ódio, no marketing negativo e na modulação de comportamentos civis e militares. Esses fatores contribuem para a manipulação das estratégias de guerra, levando a um ciclo de desinformação e insegurança que pode prolongar e intensificar os conflitos. Em termos de segurança e justiça, a autonomia digital dos indivíduos traz à tona questões éticas sobre os limites da ação pessoal e as consequências de uma sociedade onde a justiça é frequentemente tomada em mãos próprias. Isso cria um ambiente onde as operações militares e políticas podem ser influenciadas não apenas pelos estados, mas também por cidadãos e grupos com intenções próprias, frequentemente exacerbadas pelas interações digitais e pela manipulação de informações. As soluções para os problemas relacionados ao uso de dados e informações digitais em contextos de guerra, como manipulação de dados, desinformação e risco de ataques direcionados, podem ser abordadas por meio de uma combinação de estratégias tecnológicas, regulatórias e educacionais. Primeiramente, o fortalecimento dos métodos de validação de dados, com a utilização de tecnologias de aprendizado de máquina e algoritmos mais robustos, pode ajudar a melhorar a precisão e a confiabilidade das informações coletadas. A regulamentação digital também é essencial, com a implementação de arcabouços internacionais que controlem o uso de dados e combatam a disseminação de desinformação e discurso de ódio, além de garantir maior responsabilização por parte das plataformas digitais.

5. Conclusão

O uso de mercenários e empresas militares privadas apesar de não serem novidades apresenta desafios cada vez mais complexos.

No caso do conflito entre Rússia e Ucrânia questões éticas e legais ficam evidenciadas: a presença de mercenários pode intensificar a violência, desestabilizar regiões e comprometer os direitos humanos, além de enfraquecer os princípios do Direito Internacional Humanitário. Legalmente, a falta de regulamentação clara e eficaz sobre o uso de mercenários cria um vácuo que pode levar a abusos e à impunidade.

Tais elementos tornam-se sensíveis para a União Europeia, sua proximidade geográfica e os laços econômicos e políticos com a região geram vulnerabilidade, com os impactos do conflito, como fluxos migratórios descontrolados, ameaças à segurança e desafios à estabilidade

regional. Além disso, a presença de grupos mercenários pode dificultar os esforços diplomáticos e humanitários da UE, comprometendo sua capacidade de promover a paz e a reconstrução, necessárias para a estabilidade do sistema internacional.

Torna-se imperativo, assim, que a comunidade internacional, incluindo a UE, adote medidas rigorosas para regulamentar e monitorar o uso de mercenários, garantindo que suas ações estejam alinhadas com os princípios éticos e legais globais. Isso não apenas ajudará a mitigar os impactos negativos do conflito, mas também fortalecerá um regramento mais claro.

Ademais, no caso das tecnologias digitais que desempenham um papel crucial não apenas na dinâmica dos conflitos armados, mas também na configuração das narrativas sociais e políticas, a manipulação da informação fica mais marcante, através da desinformação e da exploração de discursos de ódio, intensifica a insegurança e prolonga os conflitos. Portanto, soluções eficazes exigem uma combinação de estratégias tecnológicas, regulatórias e educacionais, incluindo a validação rigorosa dos dados e a implementação de normativas internacionais, a fim de mitigar os riscos e garantir uma maior responsabilidade das plataformas digitais na era da guerra da informação.

Referências

- BRASIL. Ministério da Defesa. **A armadura invisível: a utilização da empresa militar privada**. Revista da Defesa Nacional, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xvi_cadn/aa_armaduraa_invisivela_aa_utilizaaoa_daa_empresaa_militara_privada.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.
- BUSTAMI, S. Y., & ZULKARNAIN, Z. (2024). **Private Military Companies' Role in International Armed Conflicts: A Case Study of Wagner Group's Role in Escalation of the Russia-Ukraine Conflict**. *Journal of International Studies on Energy Affairs*, 5(2), 187–209. <https://doi.org/10.51413/jisea.Vol5.Iss2.2024.187-209>
- CUMHURIYET UNIVERSITY JOURNAL OF ECONOMICS AND SOCIAL SCIENCES. Disponível em: <<http://esjournal.cumhuriyet.edu.tr/en/pub/issue/76786/1230878>>. Acesso em: 04 abr. 2025.
- COMITÉ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA; CONFEDERAÇÃO SUÍÇA. Documento de Montreux. 2008.
- FEDOTOV, Igor. **Private military companies and their role in the modern conflicts: Case of PMC Wagner**. Brno: Masaryk University, Faculty of Social Studies. 2024. Disponível em: <https://theses.cz/id/0yb1qd/>. Acesso em: 04 abr. 2025.

HURST, C. **The Montreux Document: A Step Towards an International Legal Framework for Private Military and Security Companies.** 2010.

JOURNAL OF INTERNATIONAL STUDIES ON ENERGY AFFAIRS (JISEA). Disponível em: <<https://jisea.universitaspertamina.ac.id/index.php/jisea/article/view/475>>. Acesso em: 04 abr. 2025.

JUSTICE INITIATIVE. **Accountability for crimes of personnel of the Wagner Group in Ukraine.** Disponível em: <<https://www.justiceinitiative.org/uploads/a8de622f-bfbf-4cf5-99ba-f5b98b34f4ad/accountability-for-crimes-of-personnel-of-the-wagner-group-in-ukraine-en-20231108.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2025.

MENDES, Cristiano; MENDONÇA, Christopher. **A privatização da força e os novos desafios para a segurança internacional: empresas militares privadas no Afeganistão e Iraque.** Encontro Nacional ABRI, 2011. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100048&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 nov. 2024.

MIELNICZUK, Fabiano. **Identidade como fonte de conflito: Ucrânia e Rússia no pós-URSS.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 55-103, jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/5KxWrYnRR4XNzqqhwxKyDkB/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

PEREIRA, Maria. **A influência das empresas militares privadas na segurança internacional.** Contexto Internacional, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/5KxWrYnRR4XNzqqhwxKyDkB/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SILVA, João. **A evolução das empresas militares privadas.** Revista Brasileira de Estudos de Defesa, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.128157>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SILVA, João. **A atuação das empresas militares privadas em conflitos contemporâneos.** Encontro Nacional ABRI, 2011. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100054&script=sci_arttext. Acesso em: 30 nov. 2024.

URUEÑA SÁNCHEZ, D. **The Role of Private Military Companies in International Conflicts.** Revista Colombiana de Sociología, 2022. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-31082022000200047&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 nov. 2024.

KOPANOV, Kalin; ATANASOVA, Tatiana. **From Open Source Data to Intelligence: Leveraging AI and Big Data for Insights on the Russia-Ukraine Conflict,** 2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/381214286>. Acesso em: 24 mar. 2025.

TWOMEY, John; CHING, Didier; AYLETT, Matthew Peter; QUAYLE, Michael; LINEHAN, Conor; MURPHY, Gillian. **Do deepfake videos undermine our epistemic trust? A thematic analysis of tweets that discuss deepfakes in the Russian invasion of Ukraine.** *PLOS ONE*, v. 18, n. 10, e0291668, 2023.

OSINT: **Open-source intelligence.** data.europa.eu. Disponível em: <https://data.europa.eu>. Acesso em: 24 nov. 2024.

FARBMAN, Sam. **Telegram, 'Milbloggers' and the Russian State.** In: **International Institute for Strategic Studies.** *Survival: Global Politics and Strategy*, v. 65, n. 3, p. 99-110, 2023.

LO SCUDO, Fabrizio. **Misinformation and Disinformation on Social Media: An Updated Survey of Challenges and Current Trends.** In: **Pervasive Knowledge and Collective Intelligence on Web and Social Media.** *Lecture Notes of the Institute for Computer Sciences.* Springer, 2023. p. 17-40.

M. G. Kramer, **"The Evolution of Cyber War: International Norms for Emerging-Technology Weapons,"** *The Washington Quarterly*, vol. 37, no. 3, pp. 151-160, 2014.

PREMAKANTHAN, Nihila. **Information warfare through the ages: techniques and impacts.** 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/384324727_Information_Warfare_Through_the_Ages_Techniques_and_Impacts. Acesso em: 28 mar. 2025